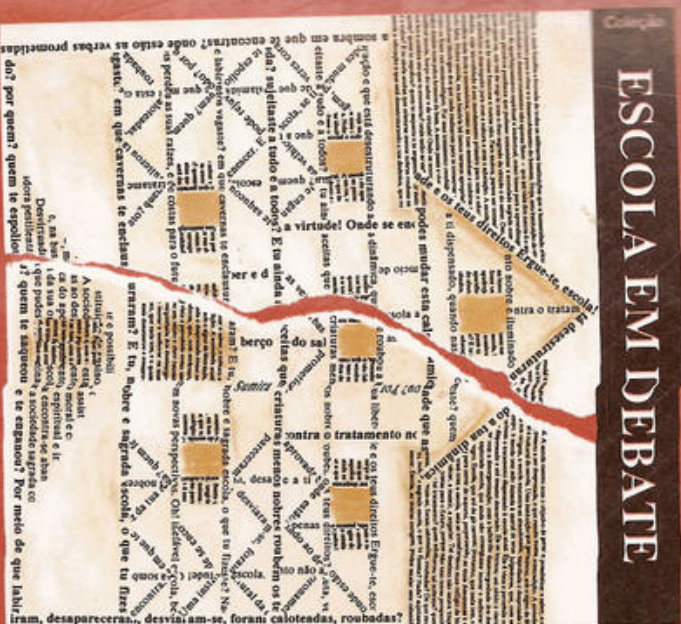


# POR QUE PLANEJAR? COMO PLANEJAR?

Curriculo - Área - Aula

## ESCOLA EM DEBATE



Maximiliano Menegolla  
Ilza Martins Sant'Anna



12ª EDIÇÃO

POR QUE PLANEJAR? COMO PLANEJAR?

Maximiliano Menegolla  
Ilza Martins Sant'Anna

### TRECHO DO LIVRO

Planejar ou não planejar o ensino. É a questão que sempre repercutiu na mesma história, sem que colha alguma seja rotulada por não se projetar-se, prevê-se, realize-se reuniões, tenham-se reuniões, sejam fielmente são registradas em atas e habitualmente equivalentes, mas fica por isso mesmo.

A rotina se repete dia-a-dia, ano após ano. Esta rotina ser a mesma que pervade a mente dos professores, já cansados de tanto planejamento e de poucas mudanças no ensino e na escola. E a descrença herética se difunde e se propaga de geração a geração.

Por que se constata este descrédito e descaído, que, por vezes, chega ao ridículo pedagógico, em se pensar a educação através de um profundo e realista planejamento da mesma? Por que o professor vêem no planejamento uma ação desnecessária e, até mesmo, não de planejar? Por que sentem certa repulsa, rotulando e resistindo em planejar?

Quais seriam as causas que provocam este fenômeno anti-pedagógico em rejeitar a ação de planejar por parte de certos professores? Uma das causas não seria o superficial conhecimento e o pouco preparo que os professores possuem sobre o planejamento e a sua validade científica, pedagógica e didática?



Uma vida pelo bom livro

ISBN 85.326.0776-4  
9 788532 607768

Em continuidade à reflexão crítica sobre a escola atual, apresentada em outro livro ("E Agora Escola" – Vozes, Petrópolis), neste, sob a mesma ótica, os Autores abordam o planejamento escolar.

A escola é uma instituição que se aprimorou no discurso falado e escrito a respeito das teorias de planejamento e sobre o próprio ato de planejar.

Nas últimas duas décadas, por razões até históricas, vem desenvolvendo uma camuflagem institucional feita de planejamentos, organogramas e fluxogramas sofisticados, elaborados a partir das melhores teorias pedagógicas, dentro dos melhores critérios científicos, destinados unicamente a "mostrar serviço". Na prática, tais planejamentos têm demonstrado pouca funcionalidade, causa de uma radical aversão da classe educadora.

Por que Planejar? Como Planejar? parte de um pressuposto básico: qualquer planejamento deve ordenar, dinamizar e, assim, facilitar a ação; não dificultá-la, a ponto de comprometê-la. Planejamento é um dado cultural indispensável, hoje. E como tal, a deficiência não está nos planejamentos educacionais em si, mas ao que servem. Nesse sentido, este livro é a revolução da simplicidade e da prática comprometida com a realidade.

Em linguagem clara e direta, os autores recuperam o sentido e o valor do planejamento educacional e dos planos de curso, de disciplina e de conteúdo, conscientes da sua importância na vida escolar.

## **POR QUE PLANEJAR? COMO PLANEJAR?**

**Currículo – Área – Aula**

**Coleção ESCOLA EM DEBATE/2**

– E Agora, Escola?  
*Maximiliano Menegola*

– Por Que Planejar? Como Planejar?  
*Maximiliano Menegola e Ilza Martins Sant'Anna*

– E Agora, Aluno?  
*Maximiliano Menegola*

**Maximiliano Menegola  
Ilza Martins Sant'Anna**

**POR QUE  
PLANEJAR?  
COMO PLANEJAR?**

**Currículo – Área – Aula**

12ª Edição

 **EDITORA  
VOZES**

Petrópolis  
2002

# Você sabe o que realmente importa. **Mestrado São Francisco**

Ciências Farmacêuticas  
Educação • Psicologia

Reconhecido  
pela CAPES



UNIVERSIDADE  
SÃO FRANCISCO

www.saofrancisco.edu.br  
mestrado@saofrancisco.edu.br

A serviço do seu talento

(11) 4034.8355

© 1991, Editora Vozes Ltda.  
Rua Frei Luís, 100  
25689-900 Petrópolis, RJ  
Internet: <http://www.vozes.com.br>  
Brasil

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

ISBN 85.326.0776-4

Este livro foi composto e impresso pela Editora Vozes Ltda.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 9

PARTE I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E PRÁTICA, 13

I. O ato de planejar, 15

II. Definição de planejamento, 18

1. Processo de prever necessidades, 18
2. Processo de racionalização dos meios e dos recursos humanos e materiais, 19
3. O processo de planejamento visa o alcance de objetivos em prazos e etapas definidas, 20
4. O processo de planejamento requer conhecimento e avaliação científica da situação original, 21

III. O Planejamento educacional numa perspectiva humana, 22

1. Planejar o processo educativo, 24
2. Planejamento educacional, 28

IV. A Escola e seu planejamento, 38

1. O planejamento a nível de escola, 40

V. Os Professores e o planejamento, 43

1. O planejamento para o aluno e para o professor, 45

**VI. Níveis de planejamento educacional e de ensino, 48**

**VII. O currículo escolar, 50**

1. Fases para o planejamento curricular, 54
2. Relação entre os elementos que constituem o plano curricular, 57

**VIII. Planos de curso e planos de disciplinas, 59**

**IX. Os alunos e o planejamento da disciplina, 61**

**X. O Plano de disciplina, 64**

1. A importância do plano de disciplina para o professor, 65
2. Características de um plano de disciplina, 68
  - 2.1. Objetividade e realismo, 68
  - 2.2. Funcionalidade, 68
  - 2.3. Simplicidade, 69
  - 2.4. Flexibilidade, 70
  - 2.5. Utilidade, 71

**XI. Etapas para a elaboração de um planejamento de disciplina, 73**

1. Sondagem: alunos, professores, escola e comunidade, 75
2. Definição dos objetivos, 77
  - 2.1. Características de uma boa definição dos objetivos, 78
  - 2.2. Níveis dos objetivos de ensino, 81
  - 2.3. Objetivos operacionais, 84
3. Seleção dos conteúdos da disciplina, 86
  - 3.1. Critério de significação, 88
  - 3.2. Critério de adequação às necessidades sociais e culturais, 88
  - 3.3. Critério de Interesse, 88
  - 3.4. Critério de Validade, 88
  - 3.5. Critério de Utilidade, 89
  - 3.6. Critério de Possibilidade de reelaboração, 89
  - 3.7. Critério de Flexibilidade, 89
4. Seleção dos procedimentos, 90
5. Seleção e organização dos recursos didáticos, 92
6. Processo de Avaliação, 93

**PARTE II - INSTRUMENTALIZAÇÃO PARA A AÇÃO, 97**

**I. Da teoria à prática: propostas referenciais metodológicas, 99**

**II. Projeto, 105**

1. Justificativa, 105
2. Caracterização, 105
3. Princípios Fundamentais, 107
4. Fases típicas da elaboração de um Projeto, 111
5. Gráfico de Gantt, 113
  - 5.1. Metodologia para uso do gráfico, 114
  - 5.2. Método do caminho crítico ou CPM, 115
  - 5.3. Roteiro-Sugestão de Projeto, 117
  - 5.4. Roteiro-Sugestão para Avaliação de Projeto, 119

**III. Organização seqüencial de tópicos para a construção de diferentes tipos de planos, 123**

1. Plano Curricular, 123
  - 1.1. A nível de escola, 123
  - 1.2. Planejamento de currículo por atividades, áreas de estudos e disciplinas, 125
2. Plano Bimestral, 126
3. Plano de Unidade, 127
  - 3.1. Elementos, 127
  - 3.2. Sugestões de Roteiros para Plano de Unidade, 129
4. Plano de aula, 130

**IV. APÊNDICE, 133**

**V. GLOSSÁRIO, 151**

**BIBLIOGRAFIA, 157**

## INTRODUÇÃO

Planejar ou não planejar o ensino. Eis a questão que sempre repete a mesma história, sem que coisa alguma seja mudada. Planeja-se, projeta-se, prevê-se, realizam-se reuniões, tomam-se decisões, que fielmente são registradas em atas e habilmente arquivadas, mas tudo fica por isso mesmo.

A rotina se repete dia a dia, ano após ano. Esta parece ser a lamúria que pervade a mente dos professores, já cansados de tanto planejamento e de poucas mudanças no ensino e na escola. E a descrença herética se difunde e se propaga de geração a geração.

Por que se constata este descrédito e descaso, que, por vezes, chega ao ridículo pedagógico, em se pensar a educação através de um profundo e realista planejamento da mesma? Por que os professores vêem no planejamento uma ação desnecessária e, até mesmo, inútil em planejar? Por que sentem certa repulsa, relutância e resistência em planejar?

Quais seriam as causas que provocam este fenômeno anti-pedagógico em rejeitar a ação de planejar por parte de certos professores? Uma das causas não seria o superficial conhecimento e o pouco preparo que os professores possuem sobre o planejamento e a sua validade científica, pedagógica e didática? Parece-nos que, de certa forma,

algumas vezes, a rejeição ao ato de planejar reside no fato de que haja uma carência de objetivos claros e bem definidos sobre a importância de tal ato. Desse modo, os professores passam a perceber que os planejamentos a eles solicitados não passam de exigências burocráticas ou de defesas de certos modismos pedagógicos. Tal procedimento, de acordo com a percepção dos professores, redundaria no envaidecimento pedagógico de certos setores da escola. A rejeição se dá ainda porque, muitas vezes, são exigidos dos professores planejamentos um tanto sofisticados, mas de pouca funcionalidade na sala de aula. Sabemos que o ato de planejar deve estar destituído de sofisticções, e para isso ele deve exigir objetividade, simplicidade, validade e funcionalidade.

O planejamento deve ser um instrumento para o professor e para o aluno, diríamos que, principalmente, para os alunos. Em segundo lugar visa, o atendimento aos objetivos da escola ou dos seus setores pedagógico-administrativos.

Ao defrontarmos com esta situação de pouca funcionalidade dos planejamentos que, de modo especial, acontece com as escolas, na realidade essa situação se torna complexa, pois sempre achamos que os professores seriam, justamente os professores, os grandes conhecedores em planejar e executar aquilo que foi planejado.

Por que é importante planejar o ensino? Sabemos que o homem para poder viver ou, até mesmo, para sobreviver se impõe a necessidade de pensar de forma consciente e crítica o seu agir. Pensar o viver é uma exigência existencial que provoca e obriga, constantemente, o homem atual.

São a educação e o ensino meios que se propõem ajudar o homem a enfrentar a sua problemática existencial para que tenha condições de aprender a viver melhor. Sendo assim, a educação, o ensino e toda a ação pedagógica devem ser pensadas e planejadas de modo que possam propiciar melhores condições de vida à pessoa.

Por isso, o homem deve pensar sobre o seu passado e o seu presente para poder definir o seu futuro, sendo

esta a realidade inquestionável com a qual o homem tem que se afrontar para poder viver no presente e no futuro. Decorrente disso, o homem sente a urgência de se situar perante a vida: mas, para isso, precisa pensar, repensar e planejar a sua vida.

A educação, a escola e o ensino são os grandes meios que o homem busca para poder realizar o seu projeto de vida. Portanto, cabe à escola e aos professores, o dever de planejar a sua ação educativa para construir o seu bem viver.

FUNDAÇÃO

L. O. A. V.

# **PARTE I**

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E PRÁTICA**



## I. O Ato de planejar

O ato de planejar é uma preocupação que envolve toda a possível ação ou qualquer empreendimento da pessoa. Sonhar com algo de forma objetiva e clara é uma situação que requer um ato de planejar.

O planejar foi uma realidade que acompanhou a trajetória histórica da humanidade. O homem sempre sonhou, pensou e imaginou algo na sua vida. O homem primitivo, no seu modo e habilidade de pensar, imaginou como poderia agir para vencer os obstáculos que se interpunham na sua vida diária. Pensava as estratégias de como poderia caçar, pescar, catar frutas, e de como deveria atacar os seus inimigos.

A história do homem é um reflexo do seu pensar sobre o presente, passado e futuro. O homem pensa sobre o que fez; o que deixou de fazer; sobre o que está fazendo e o que pretende fazer. O homem no uso da sua razão sempre pensa e imagina o seu "quê fazer", isto é, as suas ações, e até mesmo, as suas ações cotidianas e mais rudimentares. O ato de pensar não deixa de ser um verdadeiro ato de planejar.

A mais simples das pessoas diz: quero isto ou aquilo, como devo agir, que meios tenho para alcançar o desejado, qual o melhor caminho a seguir, quem pode me ajudar, quando devo fazer?

Toda a pessoa, ao se levantar, pensa no seu dia, no que vai acontecer. O seu dia é um constante "dever". E este constante "dever" obriga a pessoa a pensar, prever, imaginar, sonhar e tomar, a todo o momento, decisões; porém, ela sempre quer tomar as melhores e mais acertadas decisões para a sua ação, para o alcance dos seus objetivos.

A pessoa que pensa sobre o seu dia está planejando o seu dia. Esta é uma tarefa da pessoa, da simples e da analfabeta, ou do letrado, do sábio, do cientista, do técnico, do especialista; enfim, todos pensam e planejam o seu dia. Pensar o dia-a-dia é planejar a nossa ação para atingir os nossos desejos.

Algumas pessoas planejam de forma sofisticada e altamente científica, obedecendo os mais rígidos princípios teóricos, e em nada se afastando dos esquemas sistêmicos que orientam o processo de planejar, executar e avaliar. Outros, que nem sabem da existência das teorias sobre planejamento, fazem seus planejamentos, sem muitos esquemas e dominações técnicas; contudo são planejamentos que podem ser agilizados de forma simples, mas com bons e ótimos resultados. Disto podemos deduzir que ninguém consegue se livrar do ato de planejar; porém, conseguem, isto sim, se evadirem do ato de executar, mas não do ato de planejar.

Portanto, justificar a necessidade de planejar parece não ser tão necessária; pois, o homem hoje e sempre fez e faz planejamento das suas ações. Sendo assim, tudo é pensado e planejado na vida humana. A indústria, o comércio, a agricultura, a política, os grupos sociais, a família e os indivíduos fazem os seus planejamentos, por escrito, mental ou oralmente, mas sempre esboçam o seu modo de agir. Podem ser planejamentos altamente técnicos e sofisticados como os de uma usina atômica; ótimos como os de uma pequena indústria, razoáveis como os de um time de futebol de várzea, simples como os de uma atividade corriqueira; contudo são planejamentos.

Muitos estruturam planos sérios, válidos, úteis e viáveis; outros elaboram planos sem validade, sem utili-

dade, isto é, planejam até as inutilidades para ver se elas conseguem se tornarem úteis.

Como se pode ver, todos fazem seus planejamentos. Tudo é pensado: vou fazer isto ou aquilo; faço isto desta ou daquela forma; posso fazer ou não posso fazer; posso fazer com isto ou com aquilo. Isto tudo acontece porque a pessoa quer alcançar alguma coisa para ela ou para os outros.

Por isso, planejar é uma exigência do ser humano; é um ato de pensar sobre um possível e viável fazer. E como o homem pensa o seu "quê fazer", o planejamento se justifica por si mesmo. A sua necessidade é a sua própria evidência e justificativa.

## II. Definição de Planejamento

*"Entende-se por planejamento um processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego dos meios materiais e dos recursos humanos disponíveis, a fim de alcançar objetivos concretos, em prazos determinados e em etapas definidas, a partir do conhecimento e avaliação científica da situação original"*

(Martinez & Oliveira Lahone, 1977, p. 11).

Esta definição não se caracteriza por um tipo específico de planejamento; por exemplo, planejamento educacional, econômico ou industrial, mas ela pode se referir a todos os tipos de planejamento, nos seus elementos básicos. Analisando a definição, num sentido amplo e geral, podemos ver claramente os elementos fundamentais que a constituem e que podem fazer parte inerente de definições específicas de qualquer tipo de planejamento. Vejamos os Elementos básicos da definição:

### 1. PROCESSO DE PREVER NECESSIDADES

Por processo entendemos uma sucessão de etapas que se desencadeiam numa seqüência lógica, obedecendo normas, métodos e técnicas específicas para atingir algumas finalidades, metas ou objetivos.

Prever necessidades é ver e pensar sobre o que é necessário ser realizado numa situação real e presente ou a previsão de futuras necessidades. É pensar sobre o presente e sobre o futuro, para sanar problemas existentes ou evitar que surjam novos problemas.

Prever é perceber, claramente, o que é possível fazer para se poder resolver situações, a partir das intenções teóricas, a fim de se chegar a um agir concreto.

Uma necessidade, em geral, parte sempre de algo concreto e objetivo. A necessidade pode ser presente ou futura. Ela pode ser vista ou prevista.

O ato de planejar sempre parte das necessidades e urgências que surgem a partir de uma sondagem sobre a realidade. Esta sondagem da realidade é a primeira etapa do processo do planejamento. É através do conhecimento da realidade que se pode estabelecer, com mais precisão, quais as mais importantes urgências e necessidades que devam ser enfocadas, analisadas e estudadas durante o ato de planejar. Necessidades são necessidades, por isso devem ser enfrentadas com sabedoria e urgência, isto é, de forma objetiva e realista, para se poder estabelecer quais as mais urgentes a serem atacadas.

### 2. PROCESSO DE RACIONALIZAÇÃO DOS MEIOS E DOS RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

Racionalizar é um processo discursivo que se desenvolve a partir de proposições ou colocações evidentes e bem definidas, através das quais se pretende chegar a novas situações. Racionalizar é saber usar, com sabedoria, a razão para se poder efetivar uma real previsão de todas as condições e dos meios necessários, a fim de poder executar, com eficiência, o plano. É saber tomar decisões sobre o que se deve usar e sobre quem vai executar o plano.

O ato de planejar requer habilidade para prever uma ação que se realizará posteriormente, por isso se exige uma acertada e racional previsão de todos os meios e recursos necessários nas diferentes etapas do planeja-

mento, do seu desenvolvimento e da sua efetiva execução, para alcançar os objetivos desejados.

A previsão e a tomada de decisões a respeito dos recursos e meios possíveis e disponíveis, que devem ser relacionados, para uma ação posterior, é fundamental, a fim de que possam se tornar fatores de ajuda na conquista dos objetivos. Esta previsão é um momento que envolve uma análise profunda da realidade, das disponibilidades, das possibilidades dos meios, dos recursos humanos e materiais.

A relação e organização dos melhores meios e recursos requer um estudo profundo, objetivo e realista, para que estes sejam os mais adequados aos objetivos que se pretende atingir, através da sua adequada aplicação e utilização. Os melhores e mais eficazes meios e recursos sempre devem ser selecionados e organizados a partir dos objetivos do planejamento. São os objetivos que devem decidir sobre os recursos e meios.

### **3. O PROCESSO DE PLANEJAMENTO VISA O ALCANCE DE OBJETIVOS EM PRAZOS E ETAPAS DEFINIDAS**

Conhecida a realidade, surge a necessidade da definição dos objetivos para se processar uma mudança da mesma.

Uma das etapas principais do processo de planejamento é a definição e seleção dos melhores objetivos. Porque são os objetivos que vão dar toda a orientação e direção à dinâmica do processo de planejamento, como também à sua execução. Os objetivos constituem o núcleo e a dinâmica do planejamento; são eles que determinam e orientam todas as demais etapas do ato de planejar.

Os objetivos não só expressam intenções claras e bem definidas, como também estabelecem, em termos bem determinados, as etapas e prazos a serem desenvolvidos. O ato de planejar requer que se pense sobre etapas e prazos: Quando se deve iniciar a execução; até onde podemos ir, quando podemos ou devemos terminar? São

perguntas que os planejadores devem fazer e responder corretamente, durante o processo de planejar, para que este possa delinear toda a dimensão e execução do plano.

Os objetivos para qualquer tipo de planejamento devem ser expressos em termos claros, concretos e de forma que digam exatamente o que se quer alcançar.

### **4. O PROCESSO DE PLANEJAMENTO REQUER CONHECIMENTO E AVALIAÇÃO CIENTÍFICA DA SITUAÇÃO ORIGINAL**

Dado que o objetivo do planejamento é prever mudanças de uma situação real, o próprio ato de planejar deve se submeter a uma constante avaliação durante todo o processo. A avaliação do processo de planejamento deve ser a mais criteriosa e científica, para se evitar falhas na sua elaboração e estruturação. O planejamento deve ser constantemente avaliado e reavaliado, para se poder observar a concordância ou discordância entre os seus elementos constitutivos.

Concluindo, podemos dizer que todo o planejamento requer:

- conhecimento da realidade, das suas urgências, necessidades e tendências;
- definição de objetivos claros e significativos;
- determinação de meios e de recursos possíveis, viáveis e disponíveis;
- estabelecimento de critérios e de princípios de avaliação para o processo de planejamento e execução;
- estabelecimento de prazos e etapas para a sua execução.

Planejar, portanto, é pensar sobre aquilo que existe, sobre o que se quer alcançar, com que meio se pretende agir e como avaliar o que se pretende atingir.

### III. O Planejamento educacional numa perspectiva humana

*"Não basta que exista educação para que um povo tenha seu destino garantido. É preciso determinar o teor educacional para que se saiba em que direção está caminhando ou deixando de caminhar uma nação"* (Arduini, 1975, p. 117).

A educação, como processo de reconstrução do homem em todas as suas dimensões, pessoais, sociais, culturais e históricas, realiza-se no mundo dos homens, promovendo uma ação de desequilíbrio perante a realidade da natureza do homem, pois o homem, agindo ou interferindo no processo evolutivo da natureza, é capaz de provocar a ruptura necessária para mudar a própria direção dos fenômenos determinísticos.

O homem está situado em um mundo cujas leis e princípios parecem imutáveis como se fossem sua própria destinação. Porém ele não é um ser destinado a ter um viver determinado pelas forças que o circundam. Pois o seu destino não é um destino pronto ou acabado, mas um buscar contínuo de uma determinação que jamais poderá estabelecer-se como definitivo. O definitivo conduziria o homem para a impossibilidade e para a estaticidade,

contrariando a sua natureza dinâmica e a sua possibilidade de fazer e refazer o seu mundo.

O viver do homem, o seu modo de ser e existir lhe são autônomos; não dependem, portanto, da pura determinação da natureza, na qual está inserido. Pertencer à natureza não significa que o homem não possa determinar o seu modo de ser na natureza. O poder pensar o seu modo de agir na natureza configura ao homem o poder de escolher o seu modo particular de ser. Um aspecto inalienável do homem, na natureza, é a sua capacidade de fazer a sua escolha, de pensar o seu pensar, de querer o seu querer, de sentir-se como alguém capaz de ser junto com a natureza; capaz de se libertar das opressões da natureza.

O destino do viver faz parte da própria natureza, isto é, ele é determinado e dado pela natureza. Porém, o destino de como viver não é determinação exclusiva da natureza, mas, essencialmente, do homem.

Partindo da idéia de que a educação não basta para dar ao homem um destino garantido, devemos entendê-la como um processo que não consegue ao homem tudo de que ele necessita. Deve ser entendida e desenvolvida a partir de uma visão total de homem e de mundo, no qual ele está inserido como um ser que tem uma trajetória a vencer. Mas, para que tenhamos esta visão total, necessário se faz entender o homem em todas as suas dimensões pessoais, para ajudá-lo a escolher os seus melhores caminhos, ou o seu melhor destino. O destino deve e pode ser sempre uma opção livre e consciente de uma pessoa consciente e livre.

Para que o homem possa escolher e fazer as suas opções, é necessário que seja estabelecido o objetivo educacional, isto é, o teor da educação, a fim de que o homem possa fazer suas opções e estabelecer a sua trajetória; podendo, enfim, ser ele próprio, desenvolvendo-se como uma totalidade existencial.

Ajudar o homem para que ele mesmo escolha e crie o seu próprio modo de viver não é, simplesmente, querer ajudá-lo através de um processo que parta de uma atitude puramente assistemática, sem bases científicas, que se

fundamente somente no bom senso e no idealismo anti-científico. Deste modo, desencorajamos toda a metodologia científica que nos possa ajudar a melhor educar o homem e a favorecer o processo educativo, a fim de que seus fins possam ser alcançados. A educação deve estabelecer as direções, traçar caminhos, indicar metas, fins e objetivos. Para isso é necessário que o processo da educação faça uma previsão, isto é, que se estruture através de atitudes científicas. A primeira dessas atitudes é a previsão e o planejamento de todo o processo educacional. A partir disso, deduzimos que o planejamento é o instrumento básico de todo o processo educativo, que nos pode indicar as direções a seguir. Contudo, este planejamento deve partir da realidade radical, que é o homem e o seu viver.

### 1. PLANEJAR O PROCESSO EDUCATIVO

É necessário um planejamento que dimensione o processo educativo e reconstrutivo do homem, que vise planejar a ação educativa para que o homem viva o presente, e, ao mesmo tempo, se projete para o futuro, que está cada vez mais próximo. Ainda é necessário planejar o processo educativo para que o homem, submergido na problemática existencial, se lance na vida em busca do seu viver, para que encontre um sentido de vida e solução para seus problemas. O homem através da ação educativa visa superar os obstáculos da própria existência, de modo consciente e compromissado com o agir e o viver. Tal planejamento pode possibilitar ao homem que ele próprio possa determinar os seus destinos vivenciais. Portanto, é necessário planejar o processo educativo para que o homem não se limite, mas se liberte, numa perspectiva dinâmica de ser para a vida. Deste modo, planejar não significa determinar os limites do homem circundando-o num viver estabelecido. Trata-se, antes, de planejar para que o homem possa, com coragem, encaminhar-se para o desconhecido, com lucidez e autonomia, como uma pessoa liberta que é capaz de escolher os seus caminhos. Devemos planejar não para formar um tipo exclusivo de

homem, ao contrário, para que o homem possa determinar as suas escolhas, a partir dos seus direitos e das suas possibilidades.

Planejar um tipo de homem, através da educação, seria robotizar o próprio homem, sem possibilitar-lhe as escolhas, pois uma educação inteiramente dirigida, com a finalidade de também dirigir e manipular o homem, não lhe possibilitando sua autodeterminação, não é verdadeira educação. Esta educação planejada de modo rígido e inflexível poderá criar tipos de pessoas totalmente desengajadas da realidade. Resultando, então, em instrumentos dirigíveis, manipuláveis pela sociedade tecnocrata, seres alienados e massificados, com poucas oportunidades de libertação.

A educação também não deve ter o objetivo de dirigir a aprendizagem à exclusividade de certos assuntos determinados, propostos por sistemas políticos ou por certas ideologias. Tal educação impediria o educando de tomar suas decisões e fazer suas opções pessoais. Daí por que se faz necessário planejar a educação para que ela não bloqueie os processos de crescimento e a evolução do homem.

Planejar o processo educativo é planejar o indefinido, porque a educação não é um processo, cujos resultados podem ser totalmente pré-definidos, determinados ou pré-escolhidos, como se fossem produtos decorrentes de uma ação puramente mecânica e impensável. Devemos, pois, planejar a ação educativa para o homem, não lhe impondo diretrizes que o alheiem. Permitindo, com isso, que a educação ajude o homem a ser criador de sua história.

O planejamento educativo não significa estabelecer o definitivo, através da determinação de finalidades educativas, as quais, por sua natureza, absolutizam os valores que o homem deve aceitar, sem possibilitar-lhe a própria escolha e a criação de novos valores.

Segundo Edgar Faure:

"todo o fato educativo se situa num processo que tende a um fim. Estes fins obedecem a finalidades

gerais. E estas finalidades são essencialmente ditadas pela sociedade (...). Mas são também o produto das vontades e das escolhas subjetivas dos participantes no ato educativo como dos fins comuns para que atende a coletividade. Marcar uma finalidade na educação não é investi-la nesta ou naquela função, mas é mostrar que as funções que lhe são próprias devem exercer finalidades que as transcendam" (Faure, 1974, p. 227).

O planejamento educativo, embora parta de uma realidade e seja dirigido pelas normas e necessidades da sociedade, não pode estabelecer princípios mistificadores ou dominadores.

A grande finalidade da educação não estabelece o definitivo para um planejamento educativo. Ela orienta o processo em busca de novos caminhos para novas soluções. Por isso, ela não é definitiva.

Para Pierre Furter:

"a finalidade não consiste em aprender metas postuladas, nem repetir generalidades sem conteúdo, mas a se engajar num autêntico "êxodo para frente", num constante aperfeiçoamento da realidade, num esforço nunca acabado, sempre intenso. A finalidade, mais do que uma seta dirigida para o futuro, é uma frente que orienta nossa ação e que está sempre se deslocando para a perfeição" (Furter, 1972, p. 117).

Esta finalidade não pode ser estabelecida como se fosse algo já pronto ou acabado para as mais diversas realidades circunstanciais. Se assim procedesse, não permitiria ao indivíduo "caminhar para a frente", assumir a sua independência e se compromissar com a realidade de maneira consciente.

Planejar uma educação que configure a pessoa dentro das estruturas sociais, que oprima a pessoa pelas direções definitivas e acabadas, é barrar a libertação da pessoa. É fazer da educação um instrumento de conformismo de massas. É impedir o comprometimento e o desenvolvimento integral da pessoa humana. É dar espaço

à indiferença e à inércia, distanciando-se da problemática do homem, tornando-o um verdadeiro alienado, incapaz de assumir uma atitude crítica diante da problemática social, econômica, política e religiosa.

Partindo da idéia de que a educação é um processo que deve libertar, conscientizar e compromissar a pessoa diante do seu mundo, ajudando a pessoa do educando a ser sujeito da sua ação educativa, não podemos, através de um planejamento educacional, fazer com que os sistemas educacionais mantenham as estruturas tradicionais em uma exclusiva direção, impedindo a pessoa de desenvolver sua originalidade e sua responsabilidade individual e social. A partir disso, o planejamento da educação deve ser de tal maneira que não venha a restringir todo o potencial da pessoa, impedindo que ela se autodetermine, que possa escolher os seus valores, seus caminhos, estabelecer suas direções e tomar as suas decisões.

O planejamento educacional não pode estar limitado por uma visão individualista, que procure conformar o ser humano a um sistema de restritas visões, sem que as suas necessidades básicas sejam satisfeitas.

Partindo destes princípios, é preciso planejar uma educação que, pelo seu processo dinâmico, possa ser criadora e libertadora do homem. Planejar uma educação que não limite, mas que liberte, que conscientize e comprometa o homem diante do seu mundo. Este é o teor que se deve inserir em qualquer planejamento educacional.

A educação deve atender ao objetivo mais significativo do homem, que é o de alcançar e conquistar a sua libertação. Por isso, a educação deve, necessariamente, partir de uma visão antropológica, para que possa atender e compreender o homem na sua totalidade de ser existencial. Deste modo, todo o planejamento educacional deve ser orientado por uma profunda filosofia da educação.

Por que a filosofia como orientadora do planejamento? Porque é a filosofia que determina um quê fazer e um como fazer diante da realidade existencial. É ela um elemento inexorável da verdade e dos valores ônticos que guiam o viver do homem ajudam-no a ultrapassar os

problemas que se interpõem diante do seu fazer. A filosofia é a orientadora do "quê fazer" humano. É a verdadeira impulsora da ação educativa numa direção antropológica.

Concluindo, podemos dizer que o planejamento educacional deve ter como ponto de partida o homem como realidade primeira e fundamental e a sociedade constituída de homens, caracterizada por toda uma problemática social. O planejamento deve refletir sobre os princípios educacionais que são capazes de orientar o homem, sendo este entendido como ser que constitui e dá sentido ao universo. Deve refletir sobre que tipo de educação é necessária para a integração e desenvolvimento do homem e da sociedade. Uma sociedade que se ajuste às necessidades dos seres humanos, respeitando e defendendo os direitos dos homens. Um planejamento que se preocupe em devolver aos indivíduos a revitalização pessoal, os direitos, as responsabilidades e o comprometimento para consigo e com os outros. Um planejamento que tente desenvolver nas pessoas o sentido da vida, o desejo de quer viver e de permitir viver. Que devolva a liberdade e o espírito crítico, a consciência de viver e o auto-respeito. Um planejamento que tenha, como ponto de apoio, o homem e o seu viver, os valores e as necessidades humanas, os problemas e o desejo de vencer, enfim, o homem como um ser que vive a sua vida.

## 2. PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

O que não é, e o que é planejamento educacional.

Segundo a UNESCO (1968), seria melhor começar por dizer o que não é planejamento educacional. Não é uma panacéia miraculosa para a educação e para o ensino, que sofrem muitos males; não é uma fórmula mágica para todos os problemas; não é, também, uma conspiração para suprimir as liberdades dos professores, administradores e estudantes, nem um meio para grupos decidirem sobre objetivos e prioridades da educação e do ensino.

O planejamento não é um oráculo inspirador de todas as soluções para os problemas que se referem à

educação e ao ensino. Não é um ditador de normas e de esquemas rígidos e inflexíveis, que podem e devem ser aplicados universalmente em todas as situações e lugares. Não é um delimitador de idéias, desejos e aspirações das mais diversas tendências sociais, políticas, econômicas e religiosas. O planejamento não é um ditador, mas é algo altamente democrático e desencadeador de invocações; por isso, é um processo que evolui, que avança e não permanece estático.

A educação, como processo de transformação e de aperfeiçoamento da cultura e do viver humano, por exigência da sua própria essência, é uma visão que se projeta além do momento presente. Sendo que a educação não se limita e não tem por objetivo apenas conhecer e analisar o presente, ou querer conservar o "status quo" da cultura e do saber, ela tende a pensar o futuro, a buscar novos horizontes e novas perspectivas para o homem.

A educação não pode se limitar a enfatizar o passado ou o presente, como eles se manifestam, mas deve ser um processo que se antecipe, que se projete para além do passado e do presente, para que o homem saiba enfrentar as mutações radicais que se processam. O homem deve aprender a viver e a planejar o seu futuro, porque o passado já passou e o presente é tão radicalmente rápido que não mais parece existir.

O futuro parece não ser tão incerto como se pensa. Ele pode ser visto, sentido e pensado no presente; mas exige que as pessoas aprendam a vê-lo como futuro, a senti-lo e a percebê-lo como futuro que, inevitavelmente, se torna presente. O futuro é um prolongamento do presente e deste faz parte.

Todo o ser humano pensa no futuro, quer saber do seu futuro e a partir desta ansiedade pelo futuro faz seus planos. Ele pensa no que vai fazer e no que pretende fazer. Planeja o seu agir, a sua vida, o seu trabalho, as suas economias; enfim, tudo aquilo que possa interferir na sua vida.

A educação, como sendo uma atividade eminentemente humana, e pela qual o homem se preocupa de



maneira especial, deve ser planejada cientificamente para dar-lhe uma direção que venha atender às urgências humanas.

Sendo a pessoa o fim último da educação, necessário se faz refletir, profundamente, sobre a essência da educação e sobre o próprio processo da educação, que tem como meta final a formação integral do homem.

A educação não pode ser desenvolvida sem uma meta, sem um caminho que a direcione para o seu fim essencial, ou seja, o homem como uma realidade em busca de realização. E, como poderá ajudar o homem, na busca da sua realização, se este processo não for estruturado profundamente, em bases sólidas?

Ao se afirmar que a educação é essencial ao homem, não se pode pensar num processo educacional como sendo uma série de ações que pretendam atingir um fim; ou uma quantidade de normas institucionais que não partam da realidade existente; ou, mesmo, num processo que surja do simples bom senso ou de ideais simplistas.

"Dada a complexidade atual dos problemas educacionais, não se pode conceber o processo educacional como uma série de atividades e normas desconexas, mas como resultado de um verdadeiro planejamento, continuamente renovado, composto dos seguintes elementos:

- reconhecimento das urgências na educação;
- elaboração das metas educacionais, fixando as prioridades;
- senso e ordenação dos recursos humanos disponíveis;
- senso dos instrumentos e meios institucionais, financeiros e outros;
- elaboração das etapas do planejamento" (Conclusões de Medellín, 1968, p. 78).

A educação, como processo, jamais pode ser desenvolvida isoladamente, quer dizer, fora do contexto nacional, regional e comunitário da escola, na qual o homem está inserido, como agente e paciente das suas circunstâncias existenciais. Por isso, todo o processo educacional

requer um planejamento em termos nacionais, estaduais, regionais, comunitários, e requer também um planejamento a nível de escola e um outro específico de ensino, relativo às diferentes disciplinas e conteúdos.

O planejamento, em relação aos diversos níveis, deve ser o instrumento direcional de todo o processo educacional, pois ele tem condições de estabelecer e determinar as grandes urgências, de indicar as prioridades básicas e de ordenar e determinar todos os recursos e meios necessários para a consecução das metas da educação.

O planejamento educacional torna-se necessário, tendo em vista as finalidades da educação; mesmo porque, é o instrumento básico para que todo o processo educacional desenvolva a sua ação, num todo unificado, integrando todos os recursos e direcionando toda a ação educativa. É o planejamento educacional que estabelece as finalidades da educação, a partir de uma filosofia de valores educacionais. Somente com a elaboração do planejamento se pode estabelecer o que se deve realizar para que essas finalidades possam ser atingidas, e ver como podemos pôr em ação todos os recursos e meios para atingir os objetivos a que se propõe a educação. Por isso são elaborados Planos Nacionais e Estaduais, como também os Planos Regionais de educação. Esse procedimento deve ser seguido pelas escolas na elaboração dos seus planos curriculares e de ensino.

Portanto, partindo desses princípios, o planejamento educacional deve ser entendido e visto como um instrumento educacional a nível nacional, estadual, regional ou, mesmo, a nível escolar.

O planejamento educacional não pode ser confundido ou interpretado como se fosse uma planificação das atividades de ensino ou das atividades didáticas de uma escola. Pois a planificação de atividades escolares, no dizer de Osvaldo Ferreira de Melo (1969), são técnicas de trabalho usadas pela escola e pelos professores, não constituindo, propriamente, o planejamento educacional. Dessa forma, os planos elaborados pela escola e pelos professo-

maneira especial, deve ser planejada cientificamente para dar-lhe uma direção que venha atender às urgências humanas.

Sendo a pessoa o fim último da educação, necessário se faz refletir, profundamente, sobre a essência da educação e sobre o próprio processo da educação, que tem como meta final a formação integral do homem.

A educação não pode ser desenvolvida sem uma meta, sem um caminho que a direcione para o seu fim essencial, ou seja, o homem como uma realidade em busca de realização. E, como poderá ajudar o homem, na busca da sua realização, se este processo não for estruturado profundamente, em bases sólidas?

Ao se afirmar que a educação é essencial ao homem, não se pode pensar num processo educacional como sendo uma série de ações que pretendam atingir um fim; ou uma quantidade de normas institucionais que não partam da realidade existente; ou, mesmo, num processo que surja do simples bom senso ou de ideais simplistas.

"Dada a complexidade atual dos problemas educacionais, não se pode conceber o processo educacional como uma série de atividades e normas desconexas, mas como resultado de um verdadeiro planejamento, continuamente renovado, composto dos seguintes elementos:

- reconhecimento das urgências na educação;
- elaboração das metas educacionais, fixando as prioridades;
- senso e ordenação dos recursos humanos disponíveis;
- senso dos instrumentos e meios institucionais, financeiros e outros;
- elaboração das etapas do planejamento" (Conclusões de Medellín, 1968, p. 78).

A educação, como processo, jamais pode ser desenvolvida isoladamente, quer dizer, fora do contexto nacional, regional e comunitário da escola, na qual o homem está inserido, como agente e paciente das suas circunstâncias existenciais. Por isso, todo o processo educacional

requer um planejamento em termos nacionais, estaduais, regionais, comunitários, e requer também um planejamento a nível de escola e um outro específico de ensino, relativo às diferentes disciplinas e conteúdos.

O planejamento, em relação aos diversos níveis, deve ser o instrumento direcional de todo o processo educacional, pois ele tem condições de estabelecer e determinar as grandes urgências, de indicar as prioridades básicas e de ordenar e determinar todos os recursos e meios necessários para a consecução das metas da educação.

O planejamento educacional torna-se necessário, tendo em vista as finalidades da educação; mesmo porque, é o instrumento básico para que todo o processo educacional desenvolva a sua ação, num todo unificado, integrando todos os recursos e direcionando toda a ação educativa. É o planejamento educacional que estabelece as finalidades da educação, a partir de uma filosofia de valores educacionais. Somente com a elaboração do planejamento se pode estabelecer o que se deve realizar para que essas finalidades possam ser atingidas, e ver como podemos pôr em ação todos os recursos e meios para atingir os objetivos a que se propõe a educação. Por isso são elaborados Planos Nacionais e Estaduais, como também os Planos Regionais de educação. Esse procedimento deve ser seguido pelas escolas na elaboração dos seus planos curriculares e de ensino.

Portanto, partindo desses princípios, o planejamento educacional deve ser entendido e visto como um instrumento educacional a nível nacional, estadual, regional ou, mesmo, a nível escolar.

O planejamento educacional não pode ser confundido ou interpretado como se fosse uma planificação das atividades de ensino ou das atividades didáticas de uma escola. Pois a planificação de atividades escolares, no dizer de Osvaldo Ferreira de Melo (1969), são técnicas de trabalho usadas pela escola e pelos professores, não constituindo, propriamente, o planejamento educacional. Dessa forma, os planos elaborados pela escola e pelos professo-

res não podem ser estruturados sem uma inter-relação com o planejamento educacional. O planejamento escolar não deve negar o valor e a necessidade do Planejamento educacional, um não deve limitar e excluir a necessidade do outro.

"Será alienação do especialista (ou professor) concentrar toda a sua atenção no planejamento escolar, esquecendo-se que esta técnica de previsão do professor ou da escola, para os seus respectivos programas de trabalho, não pode excluir o estudo do planejamento global do fato educativo, dentro do qual serão considerados também a ação docente e as questões de administração escolar" (Ferreira de Melo, 1969, p. 21).

A Conferência promovida pela UNESCO, sobre a planificação da educação, assim define planejamento educacional:

"Planejamento educacional é, antes de tudo, aplicar à própria educação aquilo que os verdadeiros educadores se esforçam por inculcar a seus alunos: uma abordagem racional e científica dos problemas. Tal abordagem supõe a determinação dos objetivos e dos recursos disponíveis, a análise das conseqüências que advirão das diversas atuações possíveis, a escolha entre essas possibilidades, a determinação de metas específicas a atingir em prazos bem definidos e, finalmente, o desenvolvimento dos meios mais eficazes para implantar a política escolhida. Assim concebido, o planejamento educacional significa bem mais que a elaboração de um projeto: é um processo contínuo que engloba uma série de operações interdependentes" (UNESCO, 1968, p. 14).

A partir desta definição podemos destacar e analisar os aspectos mais importantes que caracterizam o planejamento educacional.

#### a) Uma abordagem racional e científica dos problemas.

De acordo com esse enfoque somos levados a dizer que o primeiro passo que antecede ao ato de planejar é fazer uma sondagem da realidade educacional, a que vai se destinar o plano. Essa abordagem deve, naturalmente, ser embasada e orientada cientificamente. Deve seguir os princípios que orientam todo um processo de pesquisa, para se poder colher dados, os mais exatos possíveis, isto é, para se poder conhecer a realidade. Através dessa abordagem se deve descobrir quais os reais problemas, quais as reais necessidades que devem ser atacadas, quais as carências e urgências mais prementes, quais as possibilidades e disponibilidades que a realidade oferece para se executar o plano.

#### b) Determinação dos objetivos e dos recursos.

De tal abordagem os planejadores podem ter uma visão ampla e profunda das reais necessidades e das possibilidades da comunidade a que se destina o plano. E a partir desse conhecimento podem determinar quais são os verdadeiros objetivos, e assim poder definir os objetivos em termos de evidências, para se tomar as mais acertadas decisões no ato de planejar e executar.

É mister que se conheça todo o potencial de recursos humanos e materiais disponíveis, de que possamos dispor para executar um plano. Assim procedendo teremos os melhores recursos possíveis e os mais adequados aos objetivos propostos. Pois o plano será fadado ao fracasso, se não for feita uma previsão sem uma seleção e uma disposição de recursos.

#### c) Análise das conseqüências que advirão das diversas atuações possíveis, a escolha entre essas possibilidades.

Sempre que se desencadeia uma ação sobre uma realidade qualquer, é evidente que surjam conseqüências de toda a ordem. A mudança de uma realidade provoca as mais diversas conseqüências. Por isso, essas possíveis

conseqüências devem ser analisadas nas mais diversas direções que possam tomar. Da previsão das conseqüências que se fará ao planejar, deve-se escolher as que serão mais conseqüentes sobre a realidade, ou mesmo tentar evitar as que poderão influenciar de maneira negativa.

O ato de planejar e executar também exige uma série de atuações nos mais diversos campos, daí a necessidade de se fazer essa análise.

**d) A determinação de metas específicas a atingir em prazos bem definidos.**

Conhecida a realidade, as necessidades, os recursos e as possíveis conseqüências, se faz necessário estabelecer as metas que se querem atingir e onde se quer chegar: são questões que exigem dos planejadores uma série de profundas reflexões, para que possam tomar as mais acertadas decisões. Determinar quais os objetivos que se quer alcançar, quais os mais urgentes, e que devem ser atacados a curto prazo. Definir as metas e objetivos e estabelecer o prazo em que devem ser atingidos. Sendo que este prazo deve ser exatamente determinado com objetividade e realidade. Outro aspecto que não pode ser relegado na definição das metas e objetivos é uma definição clara e precisa, em termos específicos e claros, das metas e objetivos. "Um sistema de ensino cujos objetivos são imprecisos é como um barco que navega sem destino" (UNESCO, 1968, p. 14).

**e) O desenvolvimento dos meios mais eficazes para implantar a política escolhida.**

Selecionados os meios e recursos, surge toda uma série de implicações para se poder agilizar os próprios meios e recursos. Se não houver condições para o emprego dos melhores meios e recursos das diversas ordens, a política escolhida poderá ser totalmente frustrada. Caso esses meios não existam, haverá, então, a necessidade de provocar o surgimento de outros meios eficazes.

**f) Planejamento educacional significa bem mais que a elaboração de um projeto: é um processo contínuo, que engloba uma série de operações interdependentes.**

O planejamento educacional não se limita a ser estruturado por uma série de projetos isolados e desenvolvidos em regiões específicas, ele é um processo global que vai desde a definição de uma filosofia da educação até o estabelecimento dos processos para se desenvolver uma filosofia que oriente todo o processo.

Planejar é tomar decisões, mas essas decisões não são infalíveis. O planejamento sempre está em processo, portanto, em evolução e readaptação. Não é um processo estático, mas dinâmico, onde podem ser redefinidos os objetivos, reorganizados os meios e recursos, modificadas as estratégias de ação, mas isto só quando são observadas e constatadas certas incongruências na sua estrutura.

Planejamento é: "um processo de abordagem racional e científico dos problemas da educação, incluindo definição de prioridades e levando em conta a relação entre os diversos níveis do contexto educacional" (Enricone et alii, 1969, p. 21).

O planejamento educacional, sendo uma abordagem racional e científica dos problemas da educação, a nível nacional e estadual, deve propor-se a atender a problemática, a nível regional, comunitário e escolar. Agindo diretamente sobre a pessoa, a fim de atender as urgências e atingir as grandes metas educacionais. Esse deve ser o seu grande objetivo. Há a necessidade de um planejamento nacional e de um planejamento estadual; da íntima relação desses dois planos são estruturados os planos curriculares das escolas que, por sua vez, dão as bases para a elaboração dos planos de ensino.

A escola pode e deve elaborar os seus planos curriculares, partindo da orientação dada pela lei ou pelos sistemas, com a finalidade de atender as características locais e as necessidades da comunidade. Portanto a escola deve organizar seu currículo com base na:

"Interpretação das diretrizes e orientação emanadas do sistema, à luz dos critérios de exeqüibilidade e adaptação às realidades sócio-culturais e bio-psico-sociais; expressar-se por meio da estruturação do processo educativo e das relações entre os elementos responsáveis pelo mesmo, dentro e fora da escola, comunidade e educando" (SEC-RS, 1974, p. 12).

É propriamente a nível de escola que o processo educacional age diretamente sobre o indivíduo; por isso há a necessidade das escolas elaborarem os seus planos educacionais.

A escola representa uma função destacada no contexto educacional da Nação.

"Se a educação, numa abordagem estrutural (...), se constitui fator para o desenvolvimento nacional, a escola aparece no contexto nacional como elemento que, atendendo a comunidade e ao educando, abre caminho para novas alternativas de maior eficiência na educação. Dessa forma, a escola, como agência institucionalizadora, intencional e sistemática para realizar a educação, surge, no contexto nacional, não apenas como agente de consolidação, mas também como desencadeante do desenvolvimento" (SEC-RS, p. 7).

À escola cabe pôr em ação o processo educacional através dos seus planos de ação. Além disso à escola cabe, partindo da sua realidade e de suas necessidades e possibilidades, estruturar e organizar os seus planos. Estes planos são, propriamente, os planos curriculares que servirão de base para todo o processo educativo da escola.

Partindo da idéia de que é a escola a agente direta e dinâmica de toda a ação educativa, ela não pode agir em direção de certos objetivos, sem um plano curricular estruturado e organizado, a partir de princípios básicos, para o desenvolvimento do processo educativo.

Segundo Saylor e Alexander (1970), "nenhum plano geral de currículo servirá a todas as escolas". Vemos, com isso, que a escola deve preocupar-se com o planejamento

do seu próprio currículo, a fim de atender as suas urgências locais e particulares. Deve ser estabelecido um currículo que possa atender as necessidades dos indivíduos daquela escola. Da mesma forma as oportunidades educativas, para determinada população escolar, devem ser planejadas pelos responsáveis da educação dessa mesma população. Por isso, cabe à escola planejar e ativar o processo educativo para a sua população alvo.

## IV. A Escola e seu Planejamento

A escola é uma instituição que se "aprimorou", no discurso falado e escrito, a respeito das teorias de planejamento e sobre o próprio ato de planejar. Planejar, planejamento e planos são palavras sofisticadamente pedagógicas e que "rolam" de boca-em-boca, no dia-a-dia da vida escolar. Todos os setores da escola devem ser planejados. Planejamento da direção, da supervisão, da orientação, dos professores, às vezes, até dos alunos; enfim, planejamento para todos os serviços existentes da escola; planejamento, até mesmo, para alguns setores ou serviços que nem existem na escola. Parece que a escola criou para si a fobia pedagógica de planejar. Ela é, talvez, a instituição em que mais se pensa, se fala e se faz planejamentos. São planejamentos de toda a ordem e estilos. O mais importante plano planejado pela escola é chamado didaticamente de Plano Global da escola. Plano que tenta dar forma à estrutura monolítica de tudo o que se pensa ou imagina para que a escola possa andar lenta e pausadamente na sua trajetória de muito planejar e pouco fazer.

Planejar, planejar é a ordem, é o dever, planejar é a cantiga diária dos comandos pedagógicos. Planejar é a angústia e o delírio mórbido da escola; é a enfadonha

novela que os professores, diariamente, escutam com insistência e tenacidade dos seus coordenadores. Devemos planejar, é a ordem de comando. Até os alunos recebem a notícia de que devem planejar e executar os planos e, às vezes, por causalidade, eles participam dos planejamentos já planejados, aprovados e definitivos. Muitos chegam a ter a ousadia pedagógica de falar em planejamento "participativo", onde o aluno dá suas sugestões ao que já foi sacramentado e decidido.

Planejar para melhor executar seria o pedagógico objetivo. Mas, na escola, o planejar por planejar se tornou a verídica realidade da vida escolar.

Nas escolas, desde a mais bem estruturada, até a mais simples, se fazem planejamentos. Planejamento para tudo e para todos, para que tudo não funcione; esta parece ser a realidade da caótica estrutura escolar.

A direção planeja, a supervisão, a orientação, os professores e os alunos planejam. E qual o resultado desta tendência angustiante de tanto ter que planejar? O que se observa é sempre a mesma rotina, o mesmo marasmo, o mesmo cotidiano. Por vezes, chegam a chamar de planejamento a certas reuniões enfadonhas, que não passam de uma recitação de avisos sobre aulas ou não aulas, calendários escolares, sobre provas, notas, cadernos de chamada, feriados ou não feriados e sobre outras situações previsíveis e imprevisíveis.

Desse modo, a vida de uma escola se torna um eterno e infundável planejar. Chegando, às vezes, ao final do ano sem ter concluído o planejamento. E assim vai "rolando", "rolando" a ação desplanejada, e o planejamento vai se arrastando na retaguarda da ação.

São planejamentos de curso, de disciplina, de conteúdos, de atividades, de aulas, de provas; planejamento de reuniões para planejar, planejamento e mais planejamentos, enfim, só se planeja e pouco ou nada se executa, a não ser planejar.

Parece que na escola existe um certo carisma inspirador que força e impõe a necessidade de sempre estar planejando. O importante passa a ser planejar e não tanto

executar. Para muitas escolas, a execução é uma palavra de pouca expressão lingüística, mas "planejar" é um verbo com certa sonoridade e que é conjugado em todos os modos, tempos e pessoas. É um verbo apresentável e de alta categoria na classe social da educação. Na educação, na escola, no ensino, a palavra planejar se tornou indispensável e obrigatória ao vocabulário pedagógico.

Planejar se tornou uma moda didático-pedagógica. Professores que não planejam são considerados desatualizados e antiquados ou não conhecedores da educação e do ensino modernos.

### 1. O PLANEJAMENTO A NÍVEL DE ESCOLA

A educação, como processo, jamais pode ser desenvolvida fora do contexto nacional, regional e comunitário da escola, na qual o aluno está inserido como agente e paciente das suas circunstâncias existenciais. Por isso, todo o processo educacional requer um planejamento em termos nacionais, regionais, comunitários, como também um planejamento a nível de escola e um planejamento específico de ensino, relativo às diferentes disciplinas e aos diferentes conteúdos, atividades que são ministradas na escola.

Esse planejamento, em relação aos diversos níveis, passa a ser o instrumento direcional de todo o processo educacional, pois estabelece e determina as grandes urgências, indica as prioridades básicas, ordena e determina todos os recursos e meios necessários para a consecução de grandes finalidades, metas e objetivos da educação.

O planejamento educacional não pode ser confundido ou interpretado como se fosse um planejamento das atividades de ensino ou das atividades didáticas de uma escola. Essa planificação de atividades escolares, no dizer de Osvaldo Ferreira de Melo (1969), são técnicas de trabalho, usadas pela escola e pelos professores, não constituindo, propriamente, o planejamento educacional. Contudo, os planos elaborados pela escola e pelos professores não podem ser estruturados sem uma inter-relação com o planejamento educacional. O planejamento escolar

não nega o valor e a necessidade do planejamento educacional, um não limita ou elimina a necessidade do outro.

Para Osvaldo Ferreira de Melo

"será alienação do especialista (ou do professor) concentrar toda a sua atenção no planejamento escolar, esquecendo-se que esta técnica de previsão do professor ou da escola, para os seus respectivos programas de trabalho, não pode excluir o estudo do planejamento global do fato educativo, dentro do qual serão considerados também a ação docente e as questões de administração escolar" (Ferreira de Melo, 1969, p. 21).

O planejamento deve atender à Problemática a nível nacional, regional, comunitário e escolar. Esse é o seu grande objetivo. Deve agir diretamente sobre a pessoa, a fim de atender às urgências e atingir as grandes metas educacionais. Há a necessidade de um planejamento nacional e de um planejamento regional; e da íntima relação desses dois planos são estruturados os planos curriculares das escolas que, por sua vez, dão as bases para a elaboração dos planos de ensino.

A escola pode e deve elaborar os seus planos curriculares, partindo da orientação dada pela lei ou pelos sistemas, com a finalidade de atender às características locais e as necessidades da comunidade. A escola deve organizar seu planejamento curricular e de ensino com base na:

"interpretação das diretrizes e orientação emanadas do sistema à luz dos critérios de exequibilidade e adaptação às realidades sócio-culturais e bio-psico-sociais; expressar-se por meio da estruturação do processo educativo e das relações entre os elementos responsáveis pelo mesmo, dentro e fora da escola, comunidade e educando" (SEC-RS, 1974, p. 12).

Por ser a nível de escola em que o processo educacional age diretamente sobre o indivíduo há a necessidade das escolas elaborarem os seus planejamentos.

Partindo da idéia de que é a escola a agente direta e dinamizadora de toda a ação educativa, ela não pode agir em direção de certos objetivos, sem um plano estruturado e organizado, a partir de princípios básicos, para o desenvolvimento do processo educativo.

## V. Os professores e o planejamento

Parece ser uma evidência que muitos professores não gostem e pouco simpatizem em planejar as suas atividades escolares. O que se observa é uma clara relutância contra a exigência de elaboração de seus planos. Há uma certa descrença e desconfiança manifestas nos olhos, na vontade e disposição dos professores, quando convocados para planejamento.

Parece haver, entre os professores, uma idéia de que o planejamento é desnecessário e inútil por ser ineficaz e inviável na prática. Isto é, para eles, na ação prática nada acontece do que é planejado. Ele é encarado como algo que existe apenas para satisfazer a burocracia escolar. A idéia geral é de que se faz planejamento porque é exigido e não porque se sente a necessidade de planejar para se desenvolver uma ação mais organizada, dinâmica e científica. Muitos dizem que tal determinação serve apenas para preencher papéis e abarrotar gavetas de planos, que nunca vão ser executados. Outros dizem que servem para a direção ou supervisão da escola demonstrarem serviços.

A inutilidade e a ineficiência são lamúrias e lamentações comuns dos professores, quando convocados a planejar suas atividades docentes. Para que planejar? Sempre é a mesma coisa. Nada muda. Eu já sei o que devo



ensinar. Está tudo no livro. Alegam que a matemática, as regras gramaticais, a geografia e outras não mudam. E assim o planejamento se torna uma monótona e insípida repetição dos anos anteriores. E a descrença no planejamento se torna uma crença geral entre os professores. Se quiserem ver a sádica descrença e a triste insatisfação para as repetidas e infrutíferas reuniões de planejamento. São convocações que despertam nos professores as mais diversas reações, que vão desde enxaquecas, cólicas, reumatismos, até disenterias, que aparecem quase que espontaneamente por um comando psíquico ao ouvirem a palavra "planejamento".

Certo professor, ao ser convocado para realizar o seu planejamento, dizia: "ao falar em planejamento, sinto todo o tipo de distúrbios. Parece-me que é o mesmo que dizer: o salário vai baixar ou atrasar; que as férias vão terminar; sinto-me uma inutilidade planejada". Outro diz: "hoje os alunos vão perder um dia de aula porque os professores vão ter que planejar para não fazerem nada depois".

A indisposição e o mínimo de crença na importância de planejar é um fenômeno que caracteriza a mentalidade de muitos professores.

Por que os professores não gostam de planejar? São várias as suposições que levam os professores a um certo descaso ou descrédito em relação ao planejamento.

- Na verdade, os professores não planejam, mas, sim, preenchem quadradinhos ou formulários que os "experts" querem que façam.
- Os professores não gostam porque são obrigados a seguirem esquemas ou modelos rígidos de planejamentos, e desse modo são impedidos de realizarem determinadas inovações, não só no planejamento, como também nas suas atividades docentes.
- Às vezes, os "donos" de certos setores da escola não permitem inovações ou mudanças no ensino, por isso, os professores não sentem a necessidade de planejar as suas atividades, se o fazem, é só para

cumprir uma obrigação burocrática, justificando a consideração de ser o planejamento desnecessário.

- Por outro lado, muitos professores não sabem planejar as suas atividades, falta-lhes o conhecimento teórico e prático. Pois eles não tiveram uma orientação segura e prática de como planejar e depois atuar com o planejamento na sala de aula; o planejamento só tem validade se servir como instrumento orientador na prática, dentro da sala de aula.
- Muitas vezes, o planejamento é visto apenas como uma cobrança, outras vezes, os que exigem dos professores o planejamento, eles próprios também não sabem planejar. E os professores inseguros notam a insegurança dos que mandam fazer. A pouca e fraca orientação dada aos professores levam-nos a desacreditar no planejamento.
- Os poucos estímulos e incentivos para os professores se aperfeiçoarem nos seus conhecimentos e habilidades de ensinar é mais uma causa que tolhe a iniciativa dos professores quanto ao ato de planejar.

Por tudo isso, o planejamento para os professores se torna um peso e, até mesmo, uma angústia, que os leva a uma descrença total em relação à validade de planejar.

## **1. O PLANEJAMENTO PARA O ALUNO E PARA O PROFESSOR**

Seria desnecessário justificar a importância e a necessidade do planejamento de ensino para a escola, professores e alunos. Mas o que se quer ressaltar é que o primeiro e mais importante objetivo do planejamento das disciplinas, para uma situação de ensino, serve para que os professores e alunos desenvolvam uma ação eficaz de ensino e aprendizagem. Portanto, se o professor planejar o seu ensino é para ele e para seus alunos, em primeiro lugar. E este plano passa a ser um instrumento de uso pessoal entre professores e alunos. E só em segundo lugar o plano poderá servir a outros setores da escola, para

cumprir certas obrigações e exigências administrativas ou burocráticas. Mas o importante é que professores e alunos façam o seu planejamento, a fim de que possam trabalhar eficazmente na sala de aula. Isto porque os atuantes na sala de aula são os professores e os alunos. Portanto, o plano é para os professores e seus alunos. Ora, dessa forma, quem deveria exigir dos professores o planejamento são os alunos.

Para alunos e professores o plano é um roteiro de uso diário na sala de aula; é um guia de trabalho; é um manual de uso constante; enfim, é um roteiro que direciona uma linha de pensamento e ação. Por isso, planejar para depois não trabalhar com o plano, é uma incoerência pedagógica. E isto pode ocorrer quando o plano é algo que serve, simplesmente, para cumprir com a obrigação burocrática, quer por diletantismo pedagógico ou por mera satisfação profissional para honrar o cargo. Portanto, planejar para trabalhar com o seu plano. Pois o que dizer de alguém que faz uma planta para construir uma casa, toda sofisticada, mas que, durante a construção, tal planta não é consultada, nem examinada pelos construtores e trabalhadores? Em vez de uma mansão poder-se-á ter um amontoado de tijolos e pedras fadados ao desmoronamento.

Os setores pedagógicos da escola não devem determinar uma forma única para planejar todas as disciplinas, como se todas fossem iguais; como se todos os professores e alunos fossem uniformes, agissem da mesma forma, tivessem os mesmos objetivos, interesses e as mesmas habilidades.

Existem muitos tipos, esquemas ou modelos de planejamento, que são ótimos, mas não existe o melhor modelo. Nem todos os modelos são os melhores para todas as situações de ensino. O professor deve escolher o modelo que melhor atenda a sua realidade e a dos alunos, isto é, que seja funcional e possível de ser agilizado na sala de aula e que dê bons resultados no ensino.

Os setores pedagógicos podem e devem fornecer propostas e orientações aos professores de como devem

planejar, mas o que decide o modelo de plano são os objetivos dos alunos, do professor e as possibilidades de executá-lo numa determinada classe, considerando a sua realidade.

É bom que haja certa uniformidade na ação pedagógica da escola como um todo, mas em nome da uniformidade não se pode prejudicar o aluno e a ação pedagógica do professor na sala de aula. Por isso, nos parece inviável planejar uma mesma disciplina, de uma forma única, para várias turmas de uma mesma série, pois as turmas não são uniformes, homogêneas e idênticas. Se numa mesma turma encontramos grandes diversidades entre os alunos, o que dizer das diferenças entre as várias turmas? Portanto, cada professor faça o seu plano para a sua turma. Um plano para uma situação dificilmente servirá para outra situação, embora haja algumas semelhanças.

Cada turma, sob a orientação do professor, deve planejar a sua disciplina, para que o aluno seja, de fato, um instrumento orientador para o professor e, de modo especial, para si mesmo. Por isso, o plano deve ser muito bem explícito e claro para que os alunos possam se orientar através dele. Surge, com isso, a necessidade de todos os alunos participarem do planejamento e terem em mãos, para manusearem e consultarem, o plano da disciplina; assim, os alunos aprenderão a trabalhar, obedecendo e seguindo um planejamento.

O importante é que o plano sirva para o professor e para os alunos. Que ele seja útil e funcional a quem se destina objetivamente, através de uma ação consciente, responsável e libertadora.

Quem está na escola, para ensinar e para aprender, são os que têm as melhores condições e obrigação de planejar a sua ação docente e discente.

## VI. Níveis de Planejamento Educacional e de Ensino

O processo de planejamento educacional é feito e se desenvolve em vários e bem determinados níveis. Temos o planejamento a nível nacional, estadual ou de um sistema determinado através do qual se definem e estabelecem as grandes finalidades, metas e objetivos da educação, onde deve estar implícita a própria filosofia da educação que a Nação pretende professar. No plano nacional de educação se reflete toda a política educacional de um povo, inserido num contexto histórico, que é desenvolvida a longo, médio ou curto prazo.

Num segundo nível, menos abrangente, temos os planos das escolas, com os seus respectivos cursos, dos quais decorrem os planos curriculares, que definem e expressam a sua filosofia de ação, seus objetivos e toda a dinâmica escolar, os quais fundamentam-se, naturalmente, na filosofia da educação, expressa nos planos nacional e estadual.

A partir dos planos curriculares, é planejada, de maneira sistemática e global, toda a ação escolar. Os planos das escolas vão operacionalizar, através dos seus planos setoriais e de ensino, o plano nacional de educação; por isso, é de suma importância que os professores, ao elaborarem seus planejamentos de ensino, analisem o

plano global de educação, para poderem imprimir, nos planos de ensino, a filosofia de educação, adaptada pela própria escola.

Num terceiro nível, surgem, como decorrência dos planos curriculares, os planos de ensino, que são os planos de disciplinas, de unidades e experiências propostas pela escola, professores, alunos ou pela comunidade.

Estes planos de ensino se situam num nível bem mais específico e concreto em relação aos outros. Eles definem e operacionalizam toda a ação escolar, configurada no plano curricular da escola.

Os planos de ensino são os meios para dinamizar a educação e o ensino, numa realidade escolar bem concreta, através do processo de ensino.

Nos planos de ensino são trabalhados os componentes fundamentais do plano curricular. Tais componentes são a filosofia educacional da escola, os objetivos, as disciplinas e os conteúdos. Por sua vez os planos de ensino especificam os objetivos, os conteúdos, os recursos humanos e materiais, os procedimentos e o processo de avaliação. Estes planos de ensino compreendem os planos de disciplinas, unidades, de aulas e de outras atividades ou experiências de ensino.

## VII. O Currículo Escolar

O que não é currículo: Antes de definir o que é um currículo, vamos ver o que não é um currículo escolar. O currículo não é mais entendido, simplesmente, como sendo a relação e distribuição das disciplinas, com a sua respectiva carga horária. Não é, também, o número de horas-aula e dos dias letivos.

Ele não se constitui apenas por uma seriação de estudos, que chamamos de base curricular para um determinado curso, ou uma listagem de conhecimentos e conteúdos das diferentes disciplinas para serem ensinados de forma sistemática, na sala de aula.

O currículo não deve ser concebido apenas como uma relação de conteúdos ou conhecimentos delimitados ou isolados, estabelecendo tópicos estanques, numa relação "fechada", sem uma integração envolvente e ampla com todas as dimensões do conhecimento.

Currículo não é, simplesmente, um plano padronizado, onde estão relacionados alguns princípios e normas para o funcionamento da escola, como se fosse um manual de instruções para se poder acionar uma máquina.

O currículo escolar não se delimita em relacionar matérias, cargas horárias ou outras normas relativas à vida escolar que um aluno deve cumprir na escola. O

currículo não é algo restrito somente ao âmbito da escola ou da sala de aula.

O que é currículo: O termo currículo nos dá a idéia de um caminho percorrido durante uma vida, ou que se vai percorrer. Daí termos a expressão "Curriculum Vitae".

Desta forma o currículo é algo abrangente, dinâmico e existencial. Ele é entendido numa dimensão profunda e real que envolve todas as situações circunstanciais da vida escolar e social do aluno. Poderíamos dizer que é a escola em ação, isto é, a vida do aluno e de todos os que sobre ele possam ter determinada influência. É o interagir de tudo e de todos que interferem no processo educacional da pessoa do aluno.

O currículo se refere a todas as situações que o aluno vive, dentro e fora da escola. Por isso, o currículo escolar não se limita a questões ou problemas que só se relacionam ao âmbito da escola. Ele não se restringe às paredes da escola e não surge dentro da escola. Nasce fora da escola. Seu primeiro "passo" é dado fora da escola, para poder entrar nela. Esse procedimento se justifica porque o currículo é constituído por todos os atos da vida de uma pessoa: do passado, do presente e tendo, ainda, uma perspectiva de futuro.

O currículo é um currículo da vida de uma pessoa, e a vida do aluno não está enclausurada dentro de uma escola ou de uma sala de aula. A vida do aluno não é somente o resultado daquilo que o professor ensina na sala de aula. Quantos conhecimentos, quantas experiências e vivências são adquiridas e assimiladas fora da escola? Todo este cabedal de conhecimentos não escolares adquiridos faz parte integrante do seu "Curriculum Vitae", por isso, não pode ser desprezado pelo currículo escolar. O currículo escolar não pode estar dissociado do "Curriculum Vitae".

Poderíamos também dizer que o currículo deve ser a organização da vida que o aluno vive fora e dentro da escola; sendo, com isso, a estruturação de toda a ação desencadeada na escola, para organizar e desenvolver o "Curriculum Vitae" do aluno.

Todas as atividades e experiências realizadas e vivenciadas pelo educando e por todo o pessoal envolvido com o educando devem constituir o currículo escolar. Por isso, podemos dizer que o currículo é a vida do aluno e da escola em ação, dinâmica e constante.

Ward G. Reeder dá ao currículo um sentido bem mais amplo do que ser apenas a relação das disciplinas ensinadas na escola. Ou seja, "currículo são todas as experiências e atividades realizadas e vividas pelos estudantes sob a orientação da escola, tendo em vista os objetivos por esta visados" (Reeder, 1974, p. 603).

Podemos deduzir, a partir disso, que o currículo não deve se limitar à estruturação das matérias de ensino, como algo delimitado, devemos ir bem mais além, aproveitando todas as experiências, as atividades, toda a ação do educando, da escola e da sociedade, exercidas sobre o educando, com o fim de alcançar os objetivos educacionais. Tudo o que promover e ativar o processo educativo deve constituir o currículo escolar.

Planejamento curricular é o processo de tomada de decisões sobre a dinâmica da ação escolar. É a previsão sistemática e ordenada de toda a vida escolar do aluno. É instrumento que orienta a educação, como processo dinâmico e integrado de todos os elementos que interagem para a consecução dos objetivos, tanto os do aluno, como os da escola. Para que este processo atinja os seus propósitos, é necessário, principalmente, planejar toda a ação escolar, que será estruturada através dos planejamentos curriculares.

O plano curricular é de fundamental importância para a escola e para o aluno. Ele é a expressão viva e real da filosofia da educação seguida pela escola, além disso, ele é a própria filosofia de ação da escola, como um todo unificado. Não se pode nem supor uma escola sem uma filosofia claramente definida, devendo esta estar expressa no currículo da escola. Ele ainda determina os objetivos da própria escola e os dos alunos. Relacionando as disciplinas e os conteúdos essenciais, as atividades e as experiências que vão possibilitar o alcance dos objetivos.

Apresenta a metodologia de trabalho e os recursos necessários para desencadear a ação educativa. Estabelece um processo de avaliação para verificar se os propósitos da escola e os dos alunos foram alcançados.

Se todos estes elementos, que são fundamentais, não forem planejados, não se pode esperar bons resultados do processo educacional e de ensino, propostos pela escola, pois toda a ação assistemática ou não planejada é inconseqüente quanto aos resultados esperados.

O planejamento curricular, na sua filosofia de ação, pode promover uma reflexão que suscite e desencadeie as condições favoráveis para ativar as forças da comunidade escolar. O planejamento curricular não se reduz somente a um esboço de certos elementos ou atividades que envolvam situações de ensino, mas envolve toda a ação pedagógica da escola na sua mais abrangente dimensão.

Currículo são todos os esforços direcionados para dinamizar a ação educativa, num ambiente educativo. Esses esforços correspondem a todas as tentativas da sociedade, da família, da escola e dos alunos, para desencadear o desenvolvimento total e pleno da pessoa humana. São as disciplinas, os conhecimentos, os conteúdos, as experiências, os fatos sociais, políticos, religiosos, econômicos, as tradições, os valores que, planejados e sistematizados, o grupo social educacional estrutura para promover a educação.

O currículo é o que o educando viveu e vive, percebe e sente durante o seu processo de crescimento. É a força que transforma a realidade escolar em vida escolar. É a experiência de vida que o educando realiza para atingir a sua auto-realização.

O currículo escolar deve conter e manifestar os seus elementos-chaves, com toda exatidão e clareza, pois, se isto não ocorrer, o currículo será fadado ao fracasso total.

O currículo, como um guia para o educador e para o educando, deverá representar o patrimônio social, que é formado por todos os conhecimentos, pelos grandes ideais e aspirações da humanidade, pelas descobertas científicas e tecnológicas, pelas artes e por todas as insti-

tuições sociais, enfim, por tudo aquilo que constitui a herança cultural do homem.

A escola, através do seu plano curricular, tem a missão de transmitir às novas gerações todo o patrimônio cultural da humanidade. A escola deve, por meio do currículo, ajudar o educando a refletir sobre os grandes ideais da humanidade, representados pela cultura e pela civilização, e, a partir dessa reflexão, interpretá-los e recriá-los para o viver presente.

O currículo, para ser um verdadeiro guia na transformação da cultura e do saber, para que possa estabelecer uma relação entre a herança cultural e o viver presente e futuro, deverá expressar e definir quais os objetivos a serem alcançados a longo, médio e curto prazo, sempre em relação ao desenvolvimento do indivíduo como pessoa humana.

O currículo deve representar uma seqüência de conhecimentos significativos para a vida presente, desenvolvendo habilidades, fornecendo princípios e diretrizes, que possam ser úteis à vida futura do indivíduo. Deve relacionar, de forma gradual, todas as experiências que possam ser desencadeadas e promovidas no ambiente escolar. Deve, ainda, evidenciar todas as oportunidades de integração e correlação dos conhecimentos, para que o educando possa promover a aplicação do aprendido na vida prática.

## 1. FASES PARA O PLANEJAMENTO CURRICULAR

O primeiro passo a ser dado para a elaboração de um planejamento curricular é um amplo e profundo estudo da realidade social, política, econômica e religiosa da comunidade a que se destina o pretendido currículo.

Num segundo momento, se torna necessário o estudo da filosofia que orienta a educação e que estabelece os ideais e os valores humanos.

Num terceiro momento, se faz mister um profundo estudo dos fatores sócio-culturais que influenciam no comportamento das pessoas, no âmbito da sociedade, e

também dos fatores psicológicos que podem interferir no processo educacional.

Há que se destacar um outro elemento, ou seja, a análise das teorias de ensino, que podem favorecer e dinamizar o processo ensino-aprendizagem. É também necessário fazer uma análise profunda das bases legais que orientam e estabelecem as normas para todo o sistema educacional do país.

Após o estudo destes elementos há que se tomar as seguintes decisões tais como:

1ª Estudo e análise dos objetivos amplos da educação; definição dos objetivos, a nível de escola; definição dos objetivos das disciplinas e dos seus conteúdos.

2ª Seleção e organização das disciplinas e conteúdos mais significativos para atingir os objetivos.

3ª Seleção dos melhores procedimentos e técnicas de ensino que mais facilmente favorecem a consecução dos objetivos.

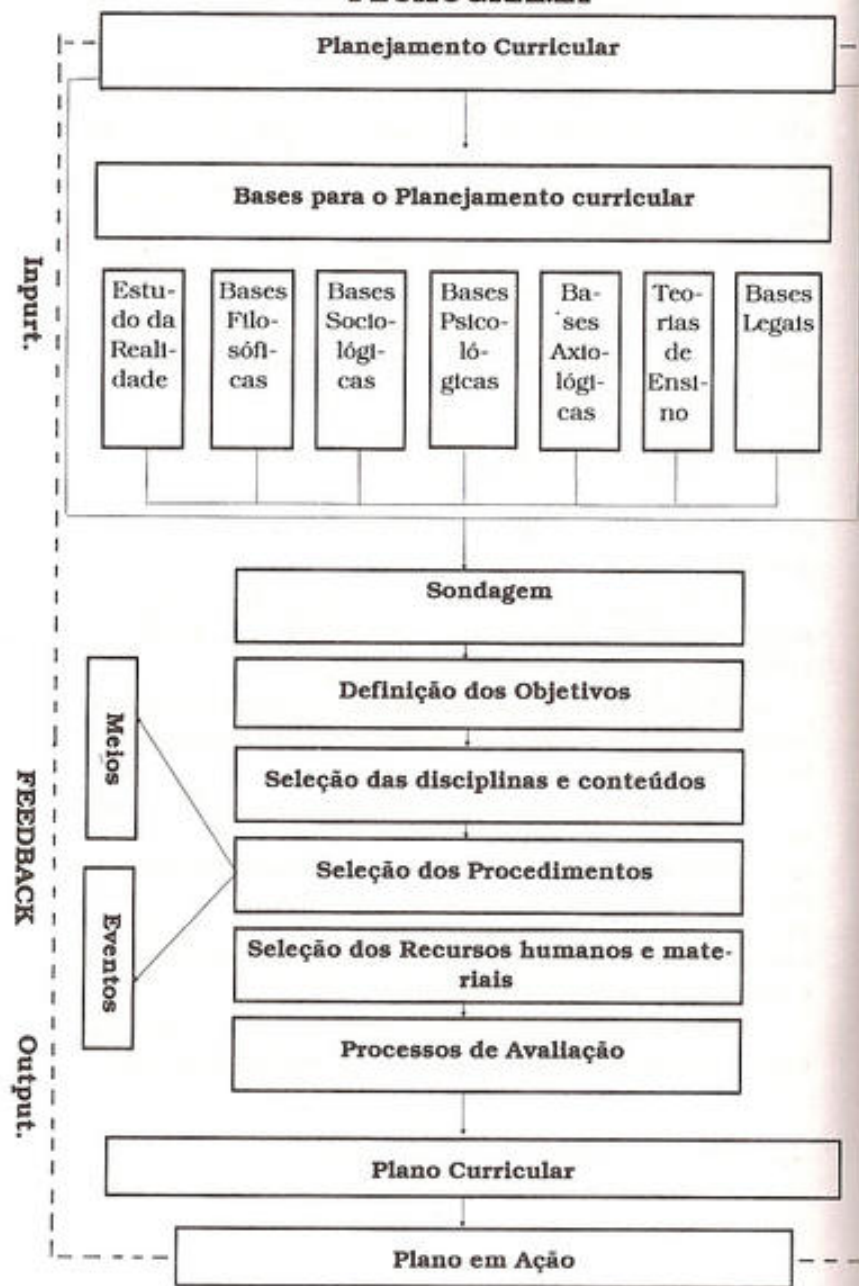
4ª Seleção dos recursos materiais e humanos que mais favorecem e auxiliam o professor e o aluno na efetivação do ensino e da aprendizagem.

5ª Definição e organização de um processo de avaliação, relacionado e adequado aos objetivos propostos no plano curricular.

Todos esses elementos estruturados, tendo como meta o alcance dos objetivos, constituem as partes integrantes de um plano curricular. Devem estar intimamente relacionados entre si. Contudo, sempre numa dependência lógica e hierárquica com os objetivos; por isso, eles são os determinantes dos outros elementos, que formam e estruturam o plano curricular.

Para a elaboração de um planejamento curricular deve-se seguir os seguintes passos, segundo o fluxograma:

## FLUXOGRAMA



## 2. RELAÇÃO ENTRE OS ELEMENTOS QUE CONSTITUEM O PLANO CURRICULAR

Os elementos que dão forma e estrutura ao plano curricular precisam estar intimamente relacionados, de tal modo a constituírem um todo unificado. Devemos verificar a interdependência que existe entre eles e os seus princípios integradores, que lhes dão consistência e unidade. "É essencial identificar os princípios de organização, graças aos quais todos esses fios poderão ser entrelaçados num tecido coeso" (Tyler, 1974, p. 89). O relacionamento e a integração dos elementos dão ao plano toda aquela estrutura que assegura a coesão e a unidade nas suas diferentes etapas de elaboração e desenvolvimento. Facilita a unidade, a continuidade, a seqüência e a integração de todo o processo de ensino e dos próprios elementos que constituem o plano como agente integrador e dinamizador da ação didática.

Tyler fala de "fios" que não só unem o todo, mas que formam um todo coeso e único; por outro lado, Hilda Taba afirma que: "para um plano é especialmente importante determinar claramente como se relacionam entre si os diversos elementos e os critérios conectados com eles" (Taba, 1974, p. 549).

Portanto, é necessário verificar todas as relações existentes e os princípios e critérios que se relacionam, estabelecendo as diferenças e semelhanças entre os elementos. Tomar uma decisão a respeito dos elementos, sem identificar as relações com os demais, que formam o todo, é uma atitude que poderá afetar todo o plano, porque "cada elemento do plano adquire significado e substância na sua referência com os demais elementos" (Taba, 1974, p. 550). Dessa forma, um elemento é consequência de outro, um princípio está relacionado a outro, de modo que podem ser deduzidos vários elementos, sendo que entre um e outro existem relações de interdependência.

Os elementos que fazem parte integrante do plano são: os resultados da sondagem, os objetivos, os conteúdos, os procedimentos, os recursos e o processo de ava-

lação, sendo que todos eles devem estar intimamente relacionados com os objetivos.

Hilda Taba apresenta um modelo esquemático para demonstrar as relações entre os elementos (Taba, 1974, p. 551):



Podemos observar que cada um dos elementos está relacionado aos demais; um dependendo do outro. De modo que todas as decisões, tomadas em relação a um dos elementos, dependem, na sua essência, das decisões que se adote em relação aos demais.

Todas as decisões a serem tomadas, durante o processo de ensino, dependem das decisões estabelecidas no ato de planejar a disciplina; se isso não ocorrer, surge uma discrepância entre o que foi decidido e o que será executado. Por isso, "um bom projeto descreve todos os elementos, as relações entre eles e seus princípios sustentadores, de tal modo que indique prioridades entre os fatores e os princípios que devem ser considerados" (Taba, 1974, p. 553).

Talvez a tarefa mais complexa seja a de determinar quais são realmente as relações, os critérios e os princípios pelos quais o planejador deve decidir-se. Contudo, a primeira decisão a ser tomada recai sobre os objetivos, pois desta dependem todas as outras. Portanto os objetivos se constituem na mola propulsora que vai guiar o planejador na tomada de decisões quanto aos conteúdos, procedimentos, recursos e avaliação.

## VIII. Planos de curso e planos de disciplinas

Plano de curso é a organização de um conjunto de matérias, que vão ser ensinadas e desenvolvidas em uma escola, durante um período relativo à extensão do curso em si, exigido pela legislação ou por uma determinação explícita, que obedece a certas normas ou princípios orientadores.

Uma série de matérias ensinadas numa escola ou classe, de acordo com um programa, constituem um curso para diferentes níveis de ensino, como, por exemplo, 1º, 2º ou 3º graus. Estas matérias do curso são estruturadas de acordo com um núcleo comum, obrigatório e por uma parte diversificada.

O plano de curso pode ser considerado, ainda, como um conjunto de elementos que constituem a organização estrutural de um determinado evento promocional, em relação à educação, ao ensino, ou à aprendizagem de alguma profissão, atividades, ou o desenvolvimento de habilidades específicas, dentro de um campo geral ou específico. Temos, por exemplo, os cursos específicos de Magistério, de Contabilidade, de Educação para o trabalho, e outros que são relativos ao segundo grau. No 3º grau temos inúmeros cursos, como por exemplo Curso de Pedagogia, Direito, Engenharia e outros mais.



Estes cursos de 2º e 3º graus são constituídos por uma série de matérias, que são ensinadas durante um período de 3 ou 4 anos, com um número mínimo de horas-aula e dias letivos. Existem também outros cursos mais específicos, que são desenvolvidos a médio ou a curto prazo, como os cursos de extensão universitária, com um número determinado de horas e uma série de conferências sobre um assunto determinado. Além desses temos cursos rápidos de treinamento para determinadas atividades. Se faz mister considerar que cada tipo de curso apresenta a sua especificidade e as suas características particulares. Aqui, é necessário estabelecer uma distinção entre Plano de Curso e Plano de Disciplina.

Os professores não fazem o Plano de Curso porque ele já existe na escola, é aquele elaborado quando o curso foi implantado. Caso ocorra a implantação de um novo curso na escola os professores podem e devem participar do mesmo. Fora isso, o que os professores devem fazer e fazem, anual, semestral ou bimensalmente, são os planos de suas disciplinas.

O plano de disciplina é uma decorrência lógica do plano de curso e do plano curricular da escola.

O plano de disciplina segue uma metodologia própria e bem diferente do plano de curso. Por sua vez, o plano de disciplina é bem mais específico, sendo relativo a uma disciplina ou parte de conteúdos desta mesma disciplina. Portanto, os planejamentos relativos às disciplinas não são planejamentos de curso, mas de disciplinas.

## IX. Os alunos e o planejamento da disciplina

A UNESCO, em 1968, alertava, na oportunidade, os especialistas em planejamento, para o seguinte:

"... estar cada vez mais consciente de que um planejamento educacional realista e eficaz supõe a informação e a consulta ao conjunto da sociedade, e de ele próprio se constituir num instrumento de democracia e educação".

O planejamento não é privilégio de um grupo, pelo contrário, ele deve ser o resultado da ação conjunta e participativa das pessoas que vão se envolver na ação. Ele deve ser o fruto de um ato democrático, em que todos possam partilhar das decisões e responsabilidades.

O *planejamento participativo* é a nova visão que se pretende dar ao processo de planejamento, principalmente, nos setores de educação, da escola e do ensino.

Planejar é um ato participativo e comunitário, e não simplesmente uma ação individualista ou de um grupo fechado no seu restrito mundo existencial ou profissional. O planejar individualista é um ato condicionante do pensar, do prever, do decidir e do fazer; ele é delimitador, e reduz o campo de idéias, diminuindo a possibilidade de evolução e transformação da realidade. Ele será o resul-

tado de uma visão limitada, que pode se opor e contrariar idéias mais abrangentes e significativas.

O planejamento individualista ou fechado se torna um instrumento de coação e imposição, pois toma decisões para um universo de pessoas, sem que estas estejam seriamente envolvidas na tomada de decisões. Ele desrespeita as individualidades, as diversidades, as tendências e as características dos grupos, porque propõe um agir exclusivista, a partir de uma única visão.

Planejar sem a participação direta dos que vão sofrer a ação do plano só acontece quando estes são seres inanimados ou passivos e sem capacidade própria para tomar decisões.

No caso da escola, que se "aprimorou" em planejamentos, em fazer e exigir planejamentos, parece-nos que tem sido a que menos se ocupa com o planejamento participativo ou comunitário.

Um planejamento que, dessa forma, seja executado para o aluno, torna o aluno um sujeito que somente sofre a ação, não participando, por isso, de todo o processo dinâmico do plano. Dado que o aluno é um ser fundamental da ação, necessariamente, deveria participar da preparação da ação, e não ser excluído do ato de planejar.

Os atos de planejar e executar devem ser ações conjugadas e não separadas e exclusivas. Os que vão ser os sujeitos para os quais se dirige a ação do plano devem participar do planejamento, expressando as suas idéias, os seus problemas, os seus interesses, as suas necessidades, os seus objetivos e as suas possibilidades, para agilizarem, com maior eficiência, a ação transformadora.

Sabemos que o ato de planejar não é um ato de ditadura, mas algo democrático e participativo; não é imposição, mas discussão e abertura, onde todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem agem e interagem, durante todo o processo. Portanto, esta interação deve se dar também no processo do planejar.

Planejar a educação ou o ensino para as pessoas não é decidir a vida para as pessoas, mas é, juntamente com elas, descobrir uma melhor forma de vida para elas.

O planejamento participativo surge das necessidades de um grupo, devido às suas urgências, dos seus problemas e dos seus objetivos. Uma vez percebidas e analisadas as urgências e as necessidades, devem partir para o pensar coletivo. O que se deve fazer, então? É a primeira questão. A partir da situação deve ser pensado um processo para tentar modificar a realidade. Feito isto, o próprio grupo passa a ter condições de criar o seu processo de ação. E da participação grupal vão surgindo as idéias e a organização até chegarem à execução prática.

Assim, o grupo se torna o dono do grupo e não o planejamento o dono do grupo, pois é o grupo que deve pensar e decidir sobre o planejamento e a sua execução.

O planejamento, num primeiro momento, deveria ser pensado pelo professor com seus alunos e, num segundo momento, deveria ser discutido e analisado por todos os professores e setores pedagógicos da escola. E por fim replanejado pelo professor com seus alunos que são os que vão tomar as decisões finais sobre o plano.

## X. O plano de disciplina

Plano de disciplina é um instrumento para sistematizar a ação concreta do professor, a fim de que os objetivos da disciplina sejam atingidos. É a previsão dos conhecimentos e conteúdos que serão desenvolvidos na sala de aula, a definição dos objetivos mais importantes, assim como a seleção dos melhores procedimentos e técnicas de ensino, como também, dos recursos humanos e materiais que serão usados para um melhor ensino e aprendizagem. Além disso, o plano de disciplina propõe a determinação das mais eficazes técnicas e instrumentos de avaliação para verificar o alcance dos objetivos em relação à aprendizagem.

A partir da filosofia educacional da escola, dos objetivos específicos do curso, e dos objetivos da clientela, os professores vão planejar as suas disciplinas para atender estes aspectos fundamentais favorecendo, deste modo, um melhor e mais eficaz ensino.

Ao planejar a disciplina, o que o professor realmente faz é planejar o contexto geral da sua disciplina. Mas este contexto deve estar intimamente relacionado a ser uma decorrência lógica dos objetivos dos alunos e da escola. Por isso, deverá expressar uma unidade de idéias, de princípios e de ação.

Ao planejar a disciplina e os seus conteúdos, o professor sempre deve ter em mente que os conteúdos são meios para atingir os objetivos, pois eles não são fins. Portanto, a orientação da ação de planejamento e execução deve estar fundamentada nos objetivos e não nos conteúdos.

### I. A IMPORTÂNCIA DO PLANO DE DISCIPLINA PARA O PROFESSOR

Como observamos, anteriormente, toda a pessoa pensa o seu agir, isto é, ela tenta planejar a sua vida e as suas atividades particulares e coletivas. Todos pensam no que devem ou no que não devem fazer. Esta realidade não é apenas um hábito, mas uma necessidade, não se restringindo apenas a alguns aspectos da vida da pessoa, mas a todos os setores da vida pessoal e social.

Tudo é sonhado, imaginado, pensado, previsto e planejado para ser executado. De modo especial, as atividades educacionais e de ensino exercidas pelos professores, na sala de aula, exigem pedagogicamente um planejamento.

Sabemos que para os mais diversos setores da vida humana existem os mais diversos tipos e formas de planejamentos. Devemos considerar que o planejamento do ato de educar e ensinar não é o mesmo, podendo divergir, dados os elementos envolvidos no ato de planejar, como por exemplo a construção de uma casa. Ao planejá-la se pensa em pedra, tijolos, areia, espaço, possibilidades materiais e outras coisas possíveis de serem manipuladas. Mas, ao se planejar a educação e o ensino, se deve pensar que os elementos envolvidos vão ser pessoas, indivíduos ou grupos sociais; por isso, a visão do planejamento deve ser diferente. A partir dessa realidade, o professor necessita pensar seriamente e com responsabilidade sobre a sua ação, isto é, planejar com seriedade e consciência a sua ação.

Pensar antes de agir é um ato de habilidade e de sabedoria. Pois é de muita importância para o professor

planejar, da melhor forma possível, a sua disciplina, em todos os aspectos.

O planejamento é importante para o professor porque:

- ajuda o professor a definir os objetivos que atendam os reais interesses dos alunos;
- possibilita ao professor selecionar e organizar os conteúdos mais significativos para seus alunos;
- facilita a organização dos conteúdos de forma lógica, obedecendo a estrutura da disciplina;
- ajuda o professor a selecionar os melhores procedimentos e os recursos, para desencadear um ensino mais eficiente, orientando o professor no como e com que deve agir;
- ajuda o professor a agir com maior segurança na sala de aula;
- o professor evita a improvisação, a repetição e a rotina no ensino;
- facilita uma melhor integração com as mais diversas experiências de aprendizagem;
- facilita a integração e a continuidade do ensino;
- ajuda a ter uma visão global de toda a ação docente e discente;
- ajuda o professor e os alunos a tomarem decisões de forma cooperativa e participativa.

